

A avaliação nas séries iniciais: implicações desde a formação

EDNA SERPA FERREIRA CORREIA*

Resumo

O presente texto, objetiva ao discutir a temática da avaliação nas séries iniciais como um momento articulador entre o ensino e a aprendizagem que tem como finalidade uma formação mais humanizada desde a infância. Considerando os questionamentos em relação à avaliação dos alunos nas séries iniciais do ensino fundamental, abordados neste artigo a partir de uma pesquisa bibliográfica-documental, como procedimento metodológico, é notório que, é inevitável a reflexão sobre a ação que o educador deve ter em frente ao ato avaliativo. As interações entre professor e alunos devem aprofundar-se no campo de ação pedagógica. O docente assume neste contexto um papel de formador na sociedade, tornando-se articulador, construindo e conduzindo o fazer pedagógico de forma a atender os anseios da sociedade em relação à educação. Ele deve estar preparado para criar uma nova cultura na sala de aula para “transformar” a escola em uma ponte para um novo tempo, na qual se assegure uma visão mais humanizada da sociedade. Um dos aspectos está em proporcionar, além da formação, algumas referências em relação ao respeito ao seu processo de desenvolvimento, desde as particularidades, as dificuldades, as necessidades de cada aluno, que é único e individual, mas que se insere em coletividades. A partir de Hoffman (1991; 2006) e Luckesi (2001; 2003) a temática da avaliação nas séries iniciais está na concepção de que o processo de aprendizagem está articulado ao todo da escola.

Palavras-chave: avaliação; séries iniciais; sistema de avaliação.

* EDNA SERPA FERREIRA CORREIA é Professora do PARFOR da Universidade de Santa Cruz-UESC.

Introdução

A escrita deste artigo situa-se no âmbito de uma pesquisa documental, com base em outras sobre o tema da avaliação escola. Para tanto, inicialmente é apresentado os pressupostos teóricos acerca do tema seguido do percurso histórico para, finalmente tecer encaminhamentos que são suportes reflexivos para a discussão do tema na escola e implicações para a formação.

1. A avaliação: base conceitual e implicações

A avaliação deve estar atrelada continuamente ao processo de ensino e de aprendizagem de forma a estabelecer-se como diagnóstico deste processo. Como diagnóstico demarca as possibilidades de avanço ou de retrocesso no fazer pedagógico. Dessa forma supera o caráter tradicional de vincular-se ao fim do processo, mas se afirma como início, meio e fim do processo de ensino aprendizagem num movimento cíclico de pensar o ensino e a aprendizagem dos estudantes.

A atual prática da avaliação escolar estipulou como função da avaliação escolar, a classificação e não o diagnóstico, ou seja, um julgamento de valor com a função de impulsionar uma nova tomada de decisão. É notório que a utilização, na prática pedagógica, de uma avaliação classificatória desconsidera o educando como sujeito, julgando-o e classificando-o a partir do que produz apenas.

A estratégia de avaliação classificatória não considera os conhecimentos prévios que os alunos trazem acerca dos conteúdos de ensino, bem as possíveis relações e interações que os conhecimentos e conteúdos trazem entre si. Vemos uma prática pontual, isolada e fragmentada que considera apenas o

produto como resultado da aprendizagem. Podemos afirmar que está inerente a este tipo de estratégia uma avaliação mecânica e dissociada demarcada por resultados.

Entretanto, a legislação (Brasil, 1996) e as instruções normativas dos PCN (Brasil, 1998) e das orientações curriculares (Brasil, 2002; 2004) sugerem uma avaliação contínua, processual e contextualizada acerca dos conteúdos e das vivências dos estudantes.

2. O sistema de avaliação: percurso histórico

O sistema de avaliação escola, como conhecemos hoje demarca desde a Grécia antiga quando os sofistas tiravam seu sustento na transmissão de conhecimentos para os filhos das famílias tradicionais e daqueles que planejavam subir alguns degraus na escala social.

A partir de uma concepção pedagógica bastante voltada às demandas da vida prática tem-se o pensamento de Sócrates (439-399 a.c), que via os sofistas como profissionais da conveniência, mais comprometidos com o interesse da clientela do que com a verdade. Sócrates submetia seus alunos a exaustivos e preciosos inquéritos orais, ainda hoje utilizados, por muitos educadores em suas atividades de classe, durante a arguição ou questionário oral. “O conhece-te a ti mesmo” no qual empenhou toda a sua vida de sábio era um suporte para a auto-avaliação como um pressuposto básico para o encontro com a verdade. Mesmo nos primórdios da educação todos os que transmitiam algum conhecimento, sempre observavam e registravam a eficácia ou fracasso dos seus ensinamentos.

Grandes são os marcos do sistema de avaliação escolar neste longo processo histórico-educacional.

Muitas tendências, em diferentes fases históricas, tornando uma evolução dinâmica e constante de mudanças e diversidades encontramos na história antiga as tribos primitivas que submetiam adolescentes a provas relacionadas com seus usos e costumes sendo que o bom desempenho era o que os consideravam adultos.

Na idade antiga encontramos registros bíblicos de que toda vez que os Efraimitas desejassem passar o rio Jordão, deveriam responder com a palavra Sibolete. Era denunciada a fraude quando os Efraimitas erroneamente pronunciavam Sibolete, pois era uma pronúncia conhecida apenas das tribos amigas.

A idade média, um período determinado pelo método racional (tradicional) e o argumento de autoridade: o primeiro aplicado à realidade e aos fatos não suscetíveis de comprovação experimental que consistia em admitir uma verdade ou doutrina, baseada apenas no valor intelectual ou moral daqueles que a propõem ou professam. No segundo, o discente tinha que aceitar passivamente a opinião do mestre ou autoridade no assunto. Repetir, portanto, integralmente o que se ouvia ou lia, era a prova mais convincente do saber, sendo assim, eram valorizados os agrupamentos operatórios, a memória e a atenção. Como grande representante dessa época tem-se em Santo Tomás de Aquino (1225-1274) com o método apriorístico.

O grande destaque desta época, com o surgimento das universidades, onde os estudos destinavam-se principalmente, à formação de professores, era avaliar o processo de formação e graduação dos

professores. Os graus universitários compreendiam o bacharelado, a licença e o doutorado, sendo que os bacharéis deviam prestar exames a fim de conseguir depois ensinar. O exame consistia na interpretação e explicação de trechos selecionados por grandes mestres. Os doutores, só aos mestres liam publicamente o livro das sentenças de Pedro Lombardo, era conferido a esse título, e, mas tarde, somente aqueles que defendiam teses.

Dividida em duas correntes, nitidamente diferenciadas, que se distinguem entre o humanismo cristão e o humanismo pagão¹, o período do renascimento trouxe valiosas contribuições para o tema da avaliação. A primeira, corrente humanista trazia uma orientação psicológica que visava atender as diferenças individuais dos alunos, a fim de que fossem preparados para a vida de acordo com as suas necessidades, interesses e aptidões. A outra, humanismo pagão, exaltava a individualidade humana, considerada como um fim a se mesmo, a super valorização do eu individual sem qualquer vínculo com valores transcendentais, visando mais tarde imprimir no pensamento moderno seu caráter predominante naturalista.

Um educador dessa época que se destacou foi Vitorino de Feltre, renomado educador italiano, que, para a

¹ Esta divisão é uma apropriação baseada no racionalismo humano tomado como base ideológica do Renascimento. Exaltava o homem racional, dizendo que o conhecimento era a forma de aperfeiçoar o ser humano. Sempre baseado em idéias concretas, rompeu com as tradições medievais. Dividia-se em: Humanismo Cristão (tentava associar a fé com a razão, pressionando a Igreja e adaptar-se à sociedade moderna) e Humanismo Pagão (a favor de um racionalismo de concepção leiga das regras da vida)

o aproveitamento do aluno, mandava-o ler, em voz alta, julgando-o habilitado ou não.

Os tempos modernos foram/são marcados pelo estudo das línguas antigas, da invenção da imprensa, da fundação de escolas, da criação de bibliotecas. Alguns aspectos da pedagogia desta época nos possibilitam tirar alguma inferência sobre a maneira como os educadores avaliavam o aproveitamento do aluno.

René Descartes² (2002) apontou quatro etapas para encaminhar o espírito na busca da verdade:

1 - nada se admiti como verdadeiro se não se conhece evidentemente como tal. É a regra da evidencia.

2 - dividir cada uma das dificuldades em tantas parcelas quantas se puder e for exigido para sua melhor resolução. É o princípio da análise.

3 - levar os pensamentos em ordem começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de serem conhecidos para subir, pouco a pouco, na forma de degraus, ao conhecimento, mais complexo. É a regra da síntese.

4 - Fazer em toda parte enumerações tão completas e inspeções tão gerais que estejam certo de nada omitir. É a regra da verificação. (DESCARTES, 2002, p. 23)

Atualmente, na contemporaneidade, período que, demarca os séculos XVII, XIX e XX, o sistema educativo reconhecidamente inteiramente novo insere a educação da criança ao domínio

² René Descartes (latinizado Cartesius) nasceu em La Haye, na Touraine, em 31 de março de 1596 e morreu em 1650; matemático francês; o livro "O Discurso sobre o Método" ao qual se refere o texto é de 1637.

exclusivo do Estado e começa uma indiferença ao ensino humanista tradicional, com ascensão das ciências naturais, as línguas modernas e aos trabalhos manuais.

Quando nos referimos ao processo histórico avaliativo nacional defini-lo como sinônimo de prova e de exames, cuja herança data de 1599, trazia ao Brasil pelos jesuítas. "Sua tarefa educativa era basicamente aculturar e converter os "ignorantes" e ingênuos", e criar uma atmosfera civilizada e religiosa para os degradados e aventureiros que para cá viessem" (XAVIER, 1994, p. 41). Depois de 1759, com a expulsão dos jesuítas, outras ordens religiosas dedicaram-se à instrução, como a ordem dos carmelitas, dos beneditinos e dos franciscanos.

Em 1891 Benjamim Constant, baseado nos ensinamento de August Comte, elaborou uma reforma de ensino de nítida orientação positivista, defensora de uma ditadura republicana dos cientistas e de uma educação como prática anuladora das tensões sociais.

Entre 1920 e 1930 ocorreram várias reformas estaduais com novas propostas pedagógicas a partir de Fernando de Azevedo, no Rio de Janeiro, Anísio Teixeira, na Bahia e Francisco Campos, em Minas Gerais. Especificamente, em 1922 O manifesto dos pioneiros da educação nova de Fernando de Azevedo e outros 26 educadores, condenaram o elitismo na educação brasileira, preconizando uma escola pública gratuita leiga e obrigatória.

Com a aprovação da primeira lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, em 1971, garantiu-se o direito à educação em todos os níveis, cuja criação do Conselho Federal de Educação (1962), determinava a fixação

dos currículos mínimos e a autonomia às universidades.

Retratando, atualmente, a partir da ótica do tema da avaliação, demarca-se que o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1988 e sua aprovação em 1996, contempla no Art. 24, inciso V: a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais;
- b) Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) Possibilidade de avanços nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) Obrigatoriedade de estudo de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seu regimento (BRASIL, 1996).

A partir do disposto no artigo mencionado, na avaliação escolar não se avalia um objeto concreto observável e sim um processo humano contínuo. Por outro lado, para tentar contornar essas possibilidades e evitar avaliações precipitadas, para impedir que a avaliação de um momento seja generalizada para todo o processo, deve-se proceder a uma avaliação contínua que capte o desenvolvimento do educando em todos os seus aspectos.

Na concepção de César Coll (2004), há três modalidades de avaliação: avaliação inicial, avaliação formativa e avaliação somatória.

Atualmente os objetivos da avaliação visam tanto o processo de aprendizagem quanto os sucessos ou fracassos dos estudantes. Neste sentido, uma alternativa possível em relação às provas escolares é a denominada “avaliação permanente”, que se concretiza em outras formas, instrumentos e meios, entre os quais se inclui o conjunto de tarefas realizadas pelo estudante no decurso do ano escolar.

Possíveis encaminhamentos

Buscando elementos motivadores do seu cotidiano nos conhecimentos que os estudantes trazem de fora da escola, traduzindo o contexto de seu dia-a-dia, estaremos certamente dando um real significado às atividades realizadas nas escolas. Isso não significa um ensino superficial unicamente a serviço dos interesses do aluno, mas uma apropriação significativa de valores aos seus “conhecimentos que elevam o patamar de compreensão, dos alunos na sua relação com a realidade”. (LUCKESI, 2001, p 65).

Nos dispositivos legais e nas propostas curriculares atuais (PCN, 1998; OCNEM, 2004), bem como a legislação vigente (BRASIL, 1996) a avaliação é definida como contínua, formativa e personalizada e desta forma, objetiva integrar os elementos do processo de ensino-aprendizagem, permitindo (re)conhecer o resultado das ações didáticas e, por conseguinte, melhorá-las.

Por ventura, vemos hoje na escola, algumas concepções e práticas diversas acerca da avaliação, das quais nem

sempre se tem clareza dos seus fundamentos teóricos. Apoiado no conceito de avaliação classificatória cuja pretensão é de verificar a aprendizagem ou a competência, através das medidas de quantificações, este tipo de avaliação pressupõe que as pessoas aprendem do mesmo modo, nos mesmos momentos e tentar evidenciar competências isoladas. Ou seja, algumas que, por diversas razões têm maiores condições de aprender, aprendem mais e melhor. Outras, com outras características que não respondem tão bem ao conjunto de disciplinas, aprendem menos e são muitas vezes excluídas do processo de escolarização.

Portanto, se torna necessário a cada educador ao mesmo tempo dar condições para que seus alunos possam exercer seus papéis como ajudantes e construtores de seu processo de ensino e aprendizagem. Entender o que é a avaliação de desempenho escolar, suas concepções e possibilidades e se conscientizar de que uma avaliação inadequada pode contribuir para uma total exclusão social é um encaminhamento de superação da concepção da avaliação como produto.

Um caminho desta superação é rompimento com o modelo tradicional de avaliação, que fuja da aplicação de provas apenas como instrumento “medidor” de conhecimentos e ainda, que se instale um novo modelo, onde o aluno seja acompanhado e estimulado constantemente, podendo assim ser avaliado, em função da construção em si dos conhecimentos que tenha sido capaz de auferir e processar. O que deve ser modificado, antes de qualquer outra questão, e a verdadeira função da avaliação no contexto escolar.

Somente uma avaliação levada a termo de forma adequada para cada pessoa, é capaz de favorecer o desenvolvimento crítico pleno ou a construção perfeita da autonomia.

É necessário não perder de visto o direito assegurado e ponderar as particularidades, competências e habilidades de cada indivíduo, tendo em vista o respeito pelo seu desenvolvimento.

Referências

- BRASIL. **LDB 9394** de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1998.
- BRASIL. **Organização Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 2004.
- COLL, César; MARTÍN, Elena e colaboradores. **Aprender conteúdos & desenvolver capacidades**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- DESCARTES, René. O Discurso sobre o método. São Paulo: Escala, 2002.
- LUCKESI, Cipriano. Entrevista à Revista Nova Escola sobre Avaliação da Aprendizagem. **Revista Nova Escola**. Novembro de 2001.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.
- HOFFMANN, Jussara M. L. Avaliação mito & desafio: Uma perspectiva construtista. Editora Medição, Porto Alegre, 1991.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade: Editora Medição, Porto Alegre, 2006.
- XAVIER, Maria Elizabeth Prado. **História da Educação: A Escola no Brasil**. FTD, 1994.

Recebido: 2012-08-14

Publicado: 2013-01-03